

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CAMPUS SOROCABA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO

EMILY FERREIRA SILVA

**A RELAÇÃO DOS JOGOS DE PAPEIS SOCIAIS E A DIFERENCIAÇÃO DE  
GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**SOROCABA/SP**

**2024**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CAMPUS SOROCABA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO

**EMILY FERREIRA SILVA**

**A RELAÇÃO DOS JOGOS DE PAPÉIS SOCIAIS E A DIFERENCIAÇÃO DE  
GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal de São Carlos *campus* Sorocaba, para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Dra. Luciana Cristina Salvatti Coutinho

Sorocaba

2024

**EMILY FERREIRA SILVA**

**A RELAÇÃO DOS JOGOS DE PAPEIS SOCIAIS E A DIFERENCIAÇÃO DE  
GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Licenciatura em Pedagogia, da  
Universidade Federal de São Carlos, *campus*  
Sorocaba. Sorocaba, 05 de Agosto de 2024.

Orientador(a)

---

Profa Dra Luciana Cristina Salvatti Coutinho

Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba

Examinador(a)

---

Profa Dra Mariana Martha de Cerqueira Silva

Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba

Examinador(a)

---

Profa Dra Maria Walburga dos Santos

Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba

Ferreira Silva, Emily

A relação dos jogos de papéis sociais a diferenciação de gênero na educação infantil / Emily Ferreira Silva -- 2024.  
59f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba,  
Sorocaba

Orientador (a): Luciana Cristina Salvatti Coutinho

Banca Examinadora: Mariana Martha de Cerqueira Silva, Maria Walburga dos  
Santos

Bibliografia

1. Jogos de papéis. 2. Educação Infantil. 3. Gênero. I. Ferreira Silva, Emily. II.  
Título.

## **DEDICATÓRIA**

Este trabalho dedico a minha família, que sempre me apoiou, fazendo com que eu acreditasse em mim, e realizasse minhas conquistas.

## **AGRADECIMENTO**

Gostaria de agradecer, primeiramente a Deus, sem Ele nada seria possível. Aos meus pais Elisângela e Rodrigo, meus avós Sandra e Roberto, minha irmã e família, que nesses cinco anos estiveram ao meu lado, me dando suporte para que eu pudesse alcançar os meus objetivos, sempre buscando saber como estavam as aulas, como estavam sendo as vivências, cheios de orgulho.

Gostaria de agradecer às minhas amigas que a Universidade me trouxe, Gabriela Barbosa e Maiara Neves da Pedagogia 019, que estiveram ao meu lado desde o primeiro dia. Mulheres inspiradoras, juntas realizamos inúmeros trabalhos, e pudemos passar por esse processo de formação unidas, sendo apoio uma da outra, deixando os dias mais leves, alegres. Agradeço a vocês, pois foram de extrema importância nessa jornada.

Agradeço a cada professor, pelos ensinamentos, e oportunidade de desenvolvimento que pude adquirir ao decorrer da graduação. Em especial a Professora Coutinho que esteve disposta a me escutar, e orientar na construção desse trabalho final.

Gratidão!

+.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”

(Paulo Freire)

## RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa do tipo bibliográfica, de natureza exploratória, sobre os jogos de papéis e a diferenciação de gênero na educação infantil. Para o levantamento de dados, foram selecionados trabalhos pela plataforma Google Acadêmico. As produções foram analisadas de forma a apresentar elementos históricos a respeito do processo de produção das pesquisas na área, percorrendo a história da educação infantil no Brasil, o conceito de gênero, e como essa junção é trabalhada no ensino infantil. Os resultados encontrados mostram que os textos aprofundados disponíveis no Google Acadêmico exibem equitatividade, aparentando os mesmos conceitos. No entanto, nota-se que há uma lacuna significativa em relação a propostas que possam efetivamente converter a teoria em prática. Esta falta de estratégias concretas contribui para a perpetuação das desigualdades de gênero, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais abrangente e aplicada para enfrentar e transformar essas questões na prática educacional.

**Palavras-chave:** Gênero; Jogos de Papéis; Educação Infantil;

## **ABSTRACT**

This work is the result of a bibliographic research of an exploratory nature on role-playing games and gender differentiation in early childhood education. For data collection, works were selected from the Google Scholar platform. The productions were analyzed to present historical elements regarding the research process in the area, covering the history of early childhood education in Brazil, the concept of gender, and how this intersection is addressed in early education. The findings show that the in-depth texts available on Google Scholar display equity, appearing to convey the same concepts. However, there is a significant gap in relation to proposals that can effectively translate theory into practice. This lack of concrete strategies contributes to the perpetuation of gender inequalities, highlighting the need for a more comprehensive and applied approach to confront and transform these issues in educational practice.

**Keywords-** Gender; Role Playing; Early Childhood Education;

**LISTA DE FIGURAS / LISTA DE TABELAS/ LISTA DE ABREVIATURAS,  
SIGLAS E SÍMBOLOS**

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Quantidade de trabalhos encontrados no Google acadêmico	
Tabela 2-Gênero dos autores	35
Tabela 3 - Quantidade de trabalhos por instituições de ensino superior	38
Tabela 4 - Distribuição de trabalhos por Regiões do Brasil	39
Tabela 5 - Distribuição de trabalhos por municípios	40
Tabela 6 - Ano de publicação das produções científicas	40

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Produções selecionadas por título da pesquisa, autor, instituição e ano

36

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

UFSCar Universidade Federal de São Carlos

UNESP Universidade Estadual Paulista

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

UNESPAR Universidade Estadual do Paraná

UNEB Universidade Estadual da Bahia

UFAL Universidade Federal de Alagoas

UNICAMP Universidade Federal de Campinas

USP Universidade Federal de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: BREVES APONTAMENTOS.....</b>	<b>17</b>
2.1 INFÂNCIA.....	17
2.2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	21
2.3 GÊNERO E EDUCAÇÃO INFANTIL.....	24
<b>3. DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA PERSPECTIVA HISTÓRICO CULTURAL DE O 6 ANOS.....</b>	<b>26</b>
<b>4. METODOLOGIA/ PERCURSO METODOLÓGICO/ MATERIAIS E MÉTODOS..</b>	<b>34</b>
<b>5. SÍNTESE DAS PRODUÇÕES SELECIONADAS.....</b>	<b>42</b>
5.1 O BRINQUEDO E A PRODUÇÃO DO GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA- ANÁLISE PÓS-ESTRUTURALISTA.....	42
5.2 DIVISÃO SEXUAL DOS BRINQUEDOS INFANTIS: UMA PRODUÇÃO DE IDEOLOGIA PATRIARCAL.....	44
5.3 ENSINANDO A SER MENINA E MENINO: BRINQUEDOS E RELAÇÕES DE GÊNERO.....	45
5.4 A INTRODUÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO NA INFÂNCIA: BRINQUEDO DE MENINA E/OU DE MENINO?.....	46
5.5 MENINAS E MENINOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA QUESTÃO DE GÊNERO E PODER.....	48
5.6 RELAÇÕES DE GÊNERO NAS BRINCADEIRAS DE MENINOS E MENINAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	49
<b>6. RESULTADOS.....</b>	<b>50</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>52</b>
<b>8. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como propósito investigar a interação das crianças da educação infantil com os jogos de papéis e examinar como essas atividades influenciam na diferenciação de gênero, a partir de uma pesquisa bibliográfica. Os jogos de papéis, onde crianças imitam atividades adultas, como cuidar de bonecas, brincar de médico, fazer compras, ou assumir papéis de cabeleireiro e mecânico, são mais do que simples brincadeiras, eles são ferramentas poderosas através das quais as crianças aprendem sobre o mundo e o seu lugar nele. Observa-se que, mesmo as crianças pequenas são expostas a normas e expectativas de gênero que moldam suas brincadeiras e interações. Tais normas frequentemente perpetuam distinções convencionais: meninas com bonecas e meninos com carrinhos, por exemplo, refletindo e reforçando estereótipos de gênero arraigados na sociedade.

Este estudo busca entender como os jogos de papéis contribuem para a formação da identidade de gênero nas crianças e como essas interações precoces podem tanto reforçar quanto desafiar os papéis de gênero tradicionais, a partir da pesquisa bibliográfica. O estudo apoia-se na perspectiva Histórico-Cultural, que enfatiza o desenvolvimento humano através das interações sociais e da mediação cultural. Desde o nascimento, as crianças desenvolvem sua personalidade em resposta ao ambiente social no qual estão inseridas; através dos jogos de papéis, elas não só imitam comportamentos observados, como também participam ativamente na construção de suas próprias realidades sociais e pessoais.

Dada a relevância contemporânea da questão de gênero e a sua influência persistente nas trajetórias de vida das pessoas, este trabalho busca contribuir para um entendimento sobre como as concepções de gênero são introduzidas e internalizadas desde a mais tenra idade, em especial na etapa de desenvolvimento em que o eixo da relação da criança com o mundo são os jogos de papéis sociais. Ao fazê-lo, a pesquisa não só esclarece aspectos fundamentais da socialização infantil como também fornece pistas valiosas para educadores, pais e formuladores de políticas educacionais, incentivando práticas que promovam maior igualdade e compreensão inter-gênero desde o início do desenvolvimento educacional. Afinal, compreender essas dinâmicas é essencial para fomentar uma sociedade mais justa e equitativa.

O período da infância é marcado por uma série de aprendizados que moldam não apenas as capacidades cognitivas e físicas das crianças, mas também seus papéis sociais e identidades de gênero. Uma das formas por meio das quais esses aprendizados acontecem é por meio dos jogos simbólicos, também conhecidos como jogos de papéis. Nesses jogos, as crianças assumem papéis de adultos e recriam o mundo ao seu redor, buscando entendê-lo para nele se situar, num processo que revela não apenas sua capacidade de imaginação, mas também como os estereótipos de gênero são internalizados e perpetuados desde muito cedo.

A presente pesquisa busca explorar, em trabalhos acadêmicos já existentes em relação ao assunto, a fim de entender como os jogos de papéis na educação infantil contribuem para a construção da identidade de gênero nas crianças. Pretende-se investigar de que maneira atividades lúdicas, como brincar de casinha ou de médico, refletem e reforçam as expectativas sociais relacionadas aos gêneros masculino e feminino. A análise foca especialmente nas ações cotidianas das crianças, como o cuidar de uma boneca ou simular uma ida ao supermercado, observando como esses comportamentos mimetizam e potencialmente reforçam os papéis de gênero tradicionais.

Vivemos em uma sociedade onde, apesar dos avanços na questão de igualdade de gênero, ainda existem desigualdades significativas que favorecem o sexo masculino e moldam as percepções e expectativas em relação ao feminino. Este estudo é relevante para entender melhor como as normas de gênero são introduzidas e consolidadas nas primeiras fases do desenvolvimento humano. Compreender esse fenômeno pode ajudar educadores e familiares a promover uma abordagem mais igualitária na educação das crianças, questionando e expandindo os papéis de gênero tradicionalmente impostos.

Este trabalho tem como objetivo geral investigar a relação das crianças com os jogos de papéis e como esses jogos influenciam na diferenciação de gênero. De forma mais específica, busca-se:

1. Compreender o papel dos jogos simbólicos no desenvolvimento infantil, a partir de uma pesquisa bibliográfica.
2. Analisar a reprodução de estereótipos de gênero nos jogos de papéis praticados pelas crianças.
3. Registrar e refletir sobre a influência destes jogos na construção de identidades de gênero nas crianças.

A metodologia adotada foi qualitativa, de natureza exploratória, centrando-se na análise de conteúdos encontrados em dados provenientes de pesquisas bibliográficas. Os textos acadêmico-científicos selecionados abordaram temas relacionados ao desenvolvimento infantil, jogos de papéis e questões de gênero, fornecendo uma base para compreensão sobre como a temática tem sido tratada em parte das produções científicas divulgadas.

Pesquisa bibliográfica realizada a partir do Google Acadêmico uma ferramenta que possibilita a localização de artigos, teses, dissertações e outras publicações úteis para pesquisadores. A fim de decorrer alguns conceitos para chegar ao foco, com isso foram usados os seguintes descritores: jogos de papéis, gênero e infância, história da educação infantil, jogos simbólicos.

A partir das palavras chaves foram encontrados 16.500 artigos no Google Acadêmico plataforma que foi utilizada, mas muito deles focados no ensino fundamental, e o foco da pesquisa é educação infantil, precisamente até os 6 anos, esse foi um dos critérios usados para seleção dos artigos encontrados. Apresentação dos principais conceitos, de maneira isolada, para maior entendimento deste trabalho, foi realizado uma reflexão acerca desses conceitos a fim de desdobrá-los, sequencialmente.

O referencial teórico foi baseado em teorias do desenvolvimento cognitivo e psicológico, como as propostas sobre o desenvolvimento da identidade de gênero. Estudos recentes que discutem a influência dos jogos na reprodução de estereótipos de gênero também serão fundamentais, visando entender como as práticas educativas podem tanto perpetuar quanto desafiar as normas de gênero.

Este trabalho procura contribuir para um entendimento de como as interações lúdicas na educação infantil podem refletir e moldar as percepções de gênero do desenvolvimento humano. Ao iluminar essas dinâmicas, que busquem compreender aspectos valiosos para práticas educativas que promovam uma maior igualdade de gênero, auxiliando na formação de indivíduos mais conscientes e menos restritos por estereótipos obsoletos. A pesquisa intenta ser mais um passo significativo para a educação de gênero, crucial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os capítulos foram organizados da seguinte maneira: o capítulo II retrata sobre história da educação infantil, seus aspectos, e alguns marcos no Brasil, o processo evolutivo

dessa etapa educativa, e os principais acontecimentos que levaram a estrutura atual da educação infantil, pois esses momentos influenciam ainda no dia de hoje, foi um processo contraditório e interligado que fez com que chegássemos a essa atual conjuntura educacional.

O capítulo III tem como foco o desenvolvimento infantil, como se dá esse processo de aprendizagem das crianças pequenas, precisamente das crianças de 0 a 6 anos de idade. Por sequência, como elas aprendem, a importância do brincar, destaca a importância da linguagem e do pensamento no desenvolvimento infantil, ressaltando que falar é uma maneira de praticar o que se pensa, e que a comunicação vai além do verbal.

O capítulo IV faz uma reflexão a respeito do desenvolvimento da proposta dessa pesquisa, expondo o que são os jogos de papéis e como isso se relaciona com a diferenciação de gênero na educação infantil a partir de artigos encontrados e analisados sobre a temática, bem como para alguns possíveis apontamentos que possam indicar caminhos futuros para outras pesquisas sobre a temática. A busca bibliográfica foi realizada no primeiro semestre de 2024, e foram encontrados artigos de 2003 a 2022 que contemplavam a temática deste trabalho.

Eu, Emily, creio necessário relatar o porquê da escolha deste tema, trabalho com educação infantil a cerca de cinco anos, a partir das vivências pude perceber a diferenciação nas propostas e atividades pedagógicas em relação aos meninos e as meninas, e já me vi fazendo essa separação, e me veio na mente o porque eu estava agindo daquela maneira, e a maioria dos educadores ao redor já haviam tido em algum momento uma ação sexista, por um interesse que nasceu no âmbito profissional a fim de maior entendimento, e proporcionar uma mudança própria, e na instituição que eu estou inserida fazer a diferença, e não propagar, preconceitos e estereótipos estruturais.

## 2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: BREVES APONTAMENTOS

### 2.1 INFÂNCIA

Focando para iniciar a história da educação infantil, cabe dizer que as citações aqui se referem ao continente europeu, onde a educação da criança esteve sob a responsabilidade exclusiva do âmbito domiciliar durante muito tempo, porque era no convívio com os adultos e outras crianças que ela participava das tradições e aprendia as normas e regras da sua cultura. Na sociedade contemporânea, por sua vez, a criança tem a oportunidade de frequentar um outro ambiente de socialização, a instituição escolar, convivendo e aprendendo sobre aspectos da cultura a partir de suas interações em uma instituição específica cuja finalidade é educar as novas gerações para a vida em sociedade.

A alta taxa de mortalidade infantil no passado levava muitos pais a adotar uma postura de desapego em relação aos filhos. A constante perda de crianças fazia com que fosse emocionalmente mais difícil para os pais se apegar completamente a cada novo nascimento, pois a dor da perda era um risco constante e imprevisto. Essa realidade brutal moldava as relações familiares e influenciava a forma como os pais interagiam com seus filhos, muitas vezes resultando em uma atitude mais reservada e distante para proteger-se do sofrimento emocional.

Em contraste, o conceito de crianças como "adultos em miniatura" surgia como uma forma de adaptação a essas circunstâncias. Em sociedades onde a mortalidade infantil era elevada, as crianças eram frequentemente vistas e tratadas como pequenas adultas, assumindo responsabilidades e comportamentos que refletem essa visão. Desde cedo, as crianças eram incorporadas aos padrões e expectativas de vida adulta, desempenhando papéis e funções que ajudavam a preparar e integrar esses jovens no mundo dos adultos, mesmo que ainda fossem muito jovens.

Na Idade Média, as crianças eram vistas como adultos em miniatura; trabalhavam nos mesmos lugares e vestiam roupas semelhantes às dos adultos. “A criança era, portanto, diferente do adulto apenas em tamanho e força, enquanto outras características permaneciam iguais” (ARIÈS, 1981, p.14). Nesta visão, a infância era marcada pela inexperiência e dependência, uma vez que não se consideravam as diferenças essenciais entre adultos e crianças. Sem distinções claras, as crianças eram incorporadas rapidamente ao mundo do trabalho e das responsabilidades. Após o período de amamentação, elas passavam a

acompanhar os adultos, aprender a servir e a trabalhar, muitas vezes sendo criadas por outras famílias para aprender um ofício em um novo ambiente.

Os registros históricos também revelam uma alta taxa de mortalidade infantil na época. A falta de métodos contraceptivos eficazes e seguros dificultava o controle da natalidade, resultando em um grande número de nascimentos e mortes. Os cuidados com a higiene e o tratamento dos recém-nascidos eram bastante rudimentares, refletindo o estágio ainda incipiente da medicina.

A morte era vista como algo natural e inevitável, e não havia um esforço significativo para garantir a sobrevivência das crianças. Quando uma criança conseguia sobreviver, era celebrada como forte e rapidamente integrada ao mundo adulto para aprender a viver nele o mais rapidamente possível. Além disso, a atividade dos jovens era direcionada para o sistema de produção da família e geralmente voltada para a subsistência. O trabalho permanecia dentro do ambiente doméstico e tinha um caráter artesanal. Os conhecimentos sobre o ofício eram passados de geração em geração, sendo a principal característica o aspecto educacional.

[...] Afirmei que essa sociedade via mal a criança e pior ainda o adolescente. A duração da infância era reduzida a um período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança, então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem; mas, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades desenvolvidas de hoje (Ariès, 1981, p.10; *itálico nosso*).

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento da infância não existia - o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. [...] (Áries, 1981, p.156).

A partir do século XVI e XVII começou a surgir o sentimento de que a criança era um ser puro, que precisa aprender sobre moral, e valores, a partir disso começa a se pensar em lugares para essa troca de conhecimento e saberes ocorrer, surgindo assim as primeiras escolas e internatos, que quem era responsável era a igreja, mas de acordo com cada classe, os mais pobres eram doutrinados, e os que tinham mais condições econômicas/ de poder detinham um conhecimento mais crítico da sociedade em que viviam.

Na Europa, com a transição do feudalismo para o capitalismo, houve a substituição das ferramentas pelas máquinas, provocando uma reorganização da sociedade. Essa revolução industrial fez com que toda a classe operária se submetesse ao regime da fábrica e das máquinas, possibilitando a entrada em massa da mulher no mercado de trabalho, alterando a forma da família cuidar e educar seus filhos. Não somente as mulheres começaram a trabalhar, as crianças também, o capitalismo fez com que a família inteira entrasse no mercado de trabalho, sem olhar sexo ou idade.

Essa nova indústria moderna fez que a estrutura social da época mudasse onde as mães deixavam o ambiente doméstico, e iam trabalhar, muitas vezes deixavam com as mães das mercenárias, que optaram por ficar em casa e cuidavam dos filhos dessas mulheres operárias, a partir da necessidade dos pais surgiram outras formas de arranjos mais formais de serviços de atendimento das crianças.

[...] a infância constitui uma realidade que começa a ganhar contornos a partir dos séculos XVI e XVII. [...] As mudanças de sensibilidade que se começam a verificar a partir do Renascimento tendem a deferir a integração no mundo adulto cada vez mais tarde e, a marcar, com fronteiras bem definidas, o tempo da infância, progressivamente ligado ao conceito da aprendizagem e de escolarização. Importa, no entanto, sublinhar que se tratou de um movimento extremamente lento, inicialmente bastante circunscrito às classes mais abastadas (Pinto, 1997, p. 44).

A partir do século XVIII há a revolução industrial, onde há institucionalização da educação, essa revolução faz com que a mãe que era dona de casa e cuidadora de seus filhos, passe a trabalhar, assim como os homens, onde se faz necessário a institucionalização da educação, para que houvesse um lugar para que essas crianças ficassem enquanto os seus pais trabalhavam para sustentar-nos.

[...] Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. Apesar das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização (Ariès, 1981, p.11).

Apesar de seu início estar mais voltado para as questões assistenciais e de custódia, Kuhlmann (2001) ressalta que :

[...]essas instituições se preocuparam com questões não só de cuidados, mas de educação, visto se apresentarem como pedagógicas já em seu início. Exemplifica sua defesa com a “Escola de Principiantes” ou escola de tricotar, criada pelo pastor Oberlin, na França em meados de 1769, para crianças de dois a seis anos de idade. Esse pastor criou apenas um programa de passeios, trabalhos manuais e histórias contadas com gravuras, nos quais suas escolas de tricô tinham como objetivo, por meio do trabalho de mulheres da comunidade, tomar conta de crianças, ensinando-lhes a ler a bíblia e a tricotar. De acordo com seus objetivos, nesses espaços, as crianças deveriam aprender diferentes habilidades, como adquirir hábitos de obediência, bondade, identificar as letras do alfabeto, pronunciar bem as palavras e assimilar noções de moral e religião. (Kuhlmann 2001, p.4)

Nessa época começa a ocorrer uma mudança no conceito de o que era a infância e o ser criança, isso fez com que houvesse um olhar mais atento e crítico a essa metodologia, pois a partir de seu desenvolvimento, do acesso à alfabetização conseqüentemente foram se tornando mais críticos em relação às questões sociais que os rodeavam.

A partir da segunda metade do século XIX, o quadro das instituições destinadas à primeira infância era formado basicamente por jardins de infância, que foram absorvidas como modelos em diferentes países. O atendimento às crianças de 0 a 6 anos apareceu no Brasil no final do século XIX, pois antes deste período, o atendimento de crianças pequenas longe da mãe em instituições como creches praticamente não existiam, e essas foram criadas exclusivamente com caráter assistencialista, o que diferenciou essa instituição das demais criadas nos países europeus e norte-americanos, que tinham nos seus objetivos o caráter pedagógico, vale salientar que somente frequentavam esses jardins as crianças brancas abastadas, e que fossem do gênero masculino. Essas diferenças exigem que seja analisada as especificidades, para que se possa compreender a trajetória desse nível de ensino no caso brasileiro e na relação que estabelece com o contexto universal.

Eram as creches que surgiam, com caráter assistencialista, visando afastar as crianças pobres do trabalho servil que o sistema capitalista em expansão lhes impunha, além de servirem como guardiãs de crianças órfãs e filhas de trabalhadores. Nesse sentido, a pré-escola tinha como função precípua a guarda de crianças (Kramer, 1987, p. 23).

As mães que cuidavam das crianças no campo, passaram a trabalhar nas grandes cidades e há a necessidade de deixar essas crianças a cuidado de alguém, a partir disso surgem as primeiras escolas de educação infantil, que na época eram denominadas até como asilos, pois eram lugares para cuidar apenas disso, para comerem e serem cuidados, não havia nenhum foco no desenvolvimento integral da criança. Os frequentadores dessas escolas/asilos eram

apenas crianças pobres, pois tinha um caráter assistencialista, para assistência de pais que não tinham dinheiro e precisavam trabalhar para sobreviver.

É possível identificar, principalmente no que diz respeito às creches, a permanência nessas iniciativas, de uma concepção assistencialista, pois o serviço oferecido era visto como um benefício ou uma concessão trabalhista para a mulher trabalhadora, não como um direito do trabalhador em geral, ou mesmo um direito da criança (MERISSE, 1997, p.43).

## 2.2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Diferentemente dos países europeus, no Brasil, as primeiras tentativas de organização de creches, asilos e orfanatos surgiram com um caráter assistencialista, com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e as viúvas desamparadas. Fatores como o alto índice de mortalidade infantil, a desnutrição generalizada e o número significativo de acidentes domésticos, fizeram com que alguns setores da sociedade, dentre eles os religiosos, os empresários e educadores, começassem a pensar num espaço de cuidados da criança fora do âmbito familiar. De maneira que foi com essa preocupação, ou com esse “[...] problema, que a criança começou a ser vista pela sociedade e com um sentimento filantrópico, caritativo, assistencial é que começou a ser atendida fora da família” (DIDONET, 2001, p. 13).

Enquanto para as famílias mais abastadas pagavam alguém para cuidar de suas crianças, os pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que cuidasse deles.

Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche. (Didonet, 2001, p. 13).

Devido a muitos fatores, como o processo de implantação da industrialização no país, a inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho e a chegada dos imigrantes europeus no Brasil, os movimentos operários ganharam força. Eles começaram a se organizar nos centros urbanos mais industrializados e reivindicavam melhores condições de trabalho; dentre estas, a criação de instituições de educação e cuidados para seus filhos, iniciou-se assim um processo de regulamentação desse trabalho no âmbito da legislação.

Com as mulheres adentrando cada vez mais o mercado de trabalho, foi sendo necessário legislações para que houvesse maior direito para essas crianças, e pais surgindo assim as primeiras leis. Desta maneira, em 1961 há a primeira LDB (Lei De Diretrizes e Bases da Educação), que trazia a escola pré-primária para menores de sete anos, trazendo também em uma lei onde as empresas eram estimuladas a criar escolas pré-primárias, para que os responsáveis fossem trabalhar mais tranquilamente, sabendo que seus filhos estavam próximos, e facilitando a rotina diária do trabalhador (BRASIL,1961).

Em 1971 houve a reforma da LDB, pensando também na educação infantil onde os sistemas de ensino das crianças menores de sete anos recebessem educação em escolas maternais, jardins de infância (BRASIL,1971), pois começam a enxergar que apesar de pequenos cada idade tem suas especificidades e necessidades como os menores/bebês precisam de cuidados específicos, comparados a crianças que já estão próximas de completarem sete anos.

Apesar das LDB's, o marco para a educação infantil é a Constituição Federal de 1988, e o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). A Constituição de 1988 prevê no capítulo VII artigo 227, direitos e garantias à criança: “vida, saúde, alimentação, lazer, profissionalização”, entre outros direitos. E o Eca reforça a ideia da Constituição do atendimento de crianças em creches e pré-escolas. É importante frisar que a educação se dá pela luta social pelo direito à educação, um fenômeno complexo e multifacetado que reflete uma série de aspectos políticos, sociais, econômicos e históricos. Historicamente, a educação foi um privilégio reservado às elites, e o acesso universal a uma educação de qualidade só começou a ganhar força com movimentos sociais ao longo dos séculos. Desde a Revolução Francesa até o movimento pela educação pública no século XIX, as mobilizações populares desempenharam um papel crucial em forçar mudanças e garantir que todos, independentemente de sua origem social, tivessem a oportunidade de aprender.

A pressão popular e o ativismo têm sido fundamentais na criação e implementação de leis e políticas públicas relacionadas à educação. Documentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre os Direitos da Criança, reconhecem a educação como um direito fundamental, mas a implementação efetiva desses direitos frequentemente resulta de campanhas, protestos e ações realizadas por organizações e movimentos sociais. Estes grupos pressionam os governos a adotar políticas que garantam o acesso universal e equitativo à educação, demonstrando que as leis e políticas não surgem apenas do Estado, mas também como resposta às demandas da sociedade civil.

Desigualdades sociais e econômicas frequentemente atuam como barreiras ao acesso à educação. A luta social também se concentra na inclusão de grupos marginalizados, como minorias étnicas, pessoas com deficiência e meninas em contextos de discriminação. A atuação de movimentos sociais e organizações não governamentais é vital para destacar e abordar essas desigualdades, evidenciando que o acesso à educação não é garantido automaticamente, mas sim conquistado através de esforços contínuos da sociedade civil (GARCIA, 2022).

De acordo com Bittar (2003, p. 30):

O esforço coletivo dos diversos segmentos visava assegurar na Constituição, “[...] os princípios e as obrigações do Estado com as crianças”. Assim, foi possível sensibilizar a maioria dos parlamentares e assegurar na Constituição brasileira o direito da criança à educação. A pressão desses movimentos na Assembléia Constituinte possibilitou a inclusão da creche e da pré-escola no sistema educativo ao inserir, na Constituição Federal de 1988, em seu em seu artigo 208, o inciso IV: “[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988).

A partir dessa Lei, as creches, anteriormente vinculadas à área de assistência social, passaram a ser de responsabilidade da educação. Tomou-se por orientação o princípio de que essas instituições não apenas cuidam das crianças, mas devem, prioritariamente, desenvolver um trabalho educacional.

Essa Lei é mais do que um simples instrumento jurídico, porque: Inseriu as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. O ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento. (Ferreira, 2000, p. 184):

A educação infantil no Brasil ganhou um novo significado com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, que a reconheceu como a primeira etapa da educação básica. Esse marco legal rompeu com a visão assistencialista que predominou anteriormente, redefinindo o papel da creche e da pré-escola como fundamentais para o desenvolvimento integral da criança. Os referenciais curriculares nacionais de 1998 e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil de 2010 reforçam essa perspectiva, orientando a construção de currículos que atendem às necessidades específicas de cada faixa

etária e destacando o brincar como elemento central da aprendizagem. Esses documentos promovem uma abordagem que integra cuidado e educação, reconhecendo a importância de um ambiente rico em estímulos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada em 2017, consolidou ainda mais essa visão, afirmando que cuidar e educar são processos indissociáveis e colocando a criança como protagonista de seu próprio desenvolvimento, reconhecendo-a como um sujeito social e histórico. Contudo, apesar dos avanços garantidos pela legislação, Barreto (1998) destaca os desafios que persistem no acesso e na qualidade da educação infantil. Embora tenha havido uma expansão significativa do atendimento, às crianças de famílias de baixa renda ainda enfrentam barreiras para acessar a educação, enquanto a qualidade das instituições muitas vezes permanece abaixo do desejável, resultado da falta de investimentos técnicos e financeiros adequados. Esses fatores evidenciam a necessidade de um compromisso contínuo com a melhoria da educação infantil no Brasil.

[...] a insuficiência e inadequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos; a não incorporação da dimensão educativa nos objetivos da creche; a separação entre as funções de cuidar e educar, a inexistência de currículos ou propostas pedagógicas são alguns problemas a enfrentar. (Barreto, 1998, p. 25)

### **2.3 GÊNERO E EDUCAÇÃO INFANTIL**

O conceito de gênero transcende a mera dicotomia entre masculino e feminino, abordando um conjunto complexo de identidades, papéis sociais e expectativas culturais que moldam as interações humanas. Segundo Judith Butler, uma das teóricas mais influentes na discussão de gênero, "gênero é uma performance", o que sugere que as expressões de gênero são construídas socialmente e podem variar ao longo do tempo e entre diferentes contextos culturais (Butler, 1990).

Na educação infantil, a compreensão de gênero é fundamental para criar um ambiente inclusivo e respeitoso, onde todas as crianças possam se expressar livremente e desenvolver sua identidade sem as limitações impostas por estereótipos tradicionais. A introdução de uma abordagem crítica de gênero nas escolas pode ajudar a dismantelar normas que perpetuam desigualdades. De acordo com a educadora e pesquisadora Rúbia C. Carvalho, "a educação infantil é um espaço privilegiado para a desconstrução de estereótipos de gênero, permitindo que crianças aprendam sobre respeito e diversidade desde cedo" (Carvalho, 2018).

A educação infantil deve considerar as diferentes formas de expressão de gênero e promover um ambiente onde todas as crianças se sintam acolhidas. Isso implica, por exemplo, em evitar a imposição de brinquedos e atividades que reforcem estereótipos. Em vez de oferecer apenas bonecas para meninas e carros para meninos, as educadoras podem incentivar uma variedade de jogos que permitam a todos explorar diferentes identidades e papéis. "A diversidade nas brincadeiras é essencial para o desenvolvimento integral das crianças", destaca a psicóloga infantil Ana Maria R. Silva (2021).

Além disso, a formação de educadores é crucial. Profissionais capacitados podem abordar temas de gênero de maneira sensível, ajudando as crianças a compreenderem suas próprias identidades e as dos outros. A formação deve incluir discussões sobre preconceitos e desigualdades, preparando os educadores para lidar com questões que possam surgir no cotidiano escolar. "Professores que entendem a complexidade do gênero são mais capazes de promover um ambiente seguro e acolhedor para todos os alunos", afirma a pedagoga Letícia Freitas (2020).

É também importante envolver as famílias nesse processo. Muitas vezes, os valores familiares podem entrar em conflito com as práticas educativas. Promover diálogos com os pais sobre a importância da equidade de gênero e a aceitação da diversidade é fundamental. "As famílias desempenham um papel vital na formação das percepções de gênero, e seu envolvimento pode fortalecer as práticas inclusivas na escola", argumenta o sociólogo Marcos T. Almeida (2019).

Por fim, a abordagem de gênero na educação infantil não é apenas uma questão de igualdade, mas também de promoção de um desenvolvimento emocional saudável. As crianças que aprendem a respeitar a diversidade tendem a ser mais empáticas e a desenvolver habilidades sociais importantes para a convivência em sociedade. Como afirma a antropóloga Clara M. Rodrigues (2022), "a educação que valoriza a diversidade de gênero prepara as crianças para um futuro mais inclusivo e justo".

Em síntese, a discussão sobre gênero é essencial na educação infantil, pois forma a base para um aprendizado respeitoso e inclusivo. Ao promover uma educação que valoriza a diversidade, estamos não apenas desconstruindo estereótipos, mas também preparando as crianças para se tornarem cidadãos conscientes e respeitosos em uma sociedade plural. A

transformação começa na infância, e é nosso dever garantir que todas as crianças possam crescer em um ambiente que celebre suas individualidades.

### **3. DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA PERSPECTIVA HISTÓRICO CULTURAL DE O 6 ANOS**

De acordo com a autora Juliana Pasqualini (2009), Lev Vigotski concebe o desenvolvimento infantil como um processo integral e ativo, no qual a criança participa ativamente do seu próprio aprendizado. Essa aprendizagem ocorre em todas as fases da infância e se reflete ao longo de toda a vida, dividida em três aspectos principais: instrumental, cultural e histórico. Segundo ele, o conhecimento é influenciado pelos instrumentos disponíveis dentro de um contexto cultural e histórico específico, exigindo uma mediação que atue na zona de desenvolvimento proximal, a área entre o que a criança já sabe e o que ainda está aprendendo a dominar.

Vigotski também destaca a importância da linguagem e do pensamento no desenvolvimento infantil, ressaltando que falar é uma maneira de praticar o que se pensa, e que a comunicação vai além do verbal. Além disso, o jogo simbólico, como brincadeiras de faz de conta, é crucial para o desenvolvimento da capacidade de abstração, permitindo à criança superar situações concretas e imediatas e desenvolver relações internas e externas, consolidando sua identidade como sujeito.

Conforme Vigotski (1995, p.156), o desenvolvimento não ocorre através de mudanças graduais e lentas, mas sim por meio de "mudanças bruscas e essenciais" no tipo de desenvolvimento e nas forças motrizes do processo. Ele propõe que o desenvolvimento ocorra alternando entre períodos estáveis e períodos críticos. Nos estáveis, ocorrem mudanças minúsculas na personalidade da criança que se acumulam até desencadear uma mudança significativa em uma nova fase. Já nos períodos críticos, mudanças abruptas e rupturas são fundamentais para a formação da personalidade da criança, ocorrendo em um tempo relativamente curto.

[...] a essência de toda crise reside na reestruturação da vivência anterior, reestruturação que reside na mudança do momento essencial que determina a relação da criança com o meio, isto é, na mudança de suas necessidades e motivos que são os motores de seu comportamento (Vigotski, 1996, p.385)

Portanto, caracteriza o desenvolvimento infantil como um processo dialético e histórico, influenciado pelas condições objetivas da organização social e marcado por periodicidade, com altos e baixos, crises e estabilidade. Esses momentos são essenciais para a superação de dificuldades e para adaptações que concretizam o desenvolvimento infantil, que não é linear e progressivo, mas composto por saltos qualitativos, crises e rupturas.

A mudança do lugar ocupado pela criança no sistema das relações sociais é a primeira coisa que precisa ser notada quando se tenta encontrar uma resposta ao problema das forças condutoras do desenvolvimento de sua psique. Todavia, esse lugar, em si mesmo, não determina o desenvolvimento: ele simplesmente caracteriza o estágio existente já alcançado. O que determina diretamente o desenvolvimento da psique de uma criança é sua própria vida e o desenvolvimento dos processos reais desta vida – em outras palavras: o desenvolvimento da atividade da criança, quer a atividade aparente, quer a atividade interna. Mas seu desenvolvimento, por sua vez, depende de suas condições reais de vida. (Leontiev, 2019, p. 63).

Vigotski trata a operação psíquica superior, relata que é um processo para o próprio domínio de comportamento, por meio da introdução de signos, onde ele afirma que a conduta humana se diferencia quando “[...] em primeiro lugar se deve a que o homem intervém ativamente em suas relações com o 'meio e que, através do meio ele mesmo modifica seu próprio comportamento, submetendo-o a seu poder” (Pasqualini, 2015, p.90). Sendo assim, na perspectiva vigotskiana,

O desenvolvimento cultural de qualquer função, incluída a atenção, consiste em que o ser social no processo de sua vida e atividade elabora uma série de estímulos e signos artificiais. Graças a eles se orienta a conduta social da personalidade; os estímulos e signos assim formados se convertem no meio fundamental que permite ao indivíduo dominar seus próprios processos de comportamento” (Vigotski, 1995, 215)

Trazendo a importância da mediação pelo signo das formas superiores de comportamento humano. Destaca que tanto os signos quanto as ferramentas têm função mediadora na atividade humana, embora com diferenças significativas. Enquanto as ferramentas influenciam diretamente o objeto da atividade externa do homem, os signos são meios pelos quais ele influencia psicologicamente sua própria conduta e a dos outros, atuando como um meio para sua atividade interior. Embora do ponto de vista lógico possam ser considerados equivalentes, do ponto de vista funcional, cumprem funções psíquicas distintas:

as ferramentas são orientadas para o exterior, enquanto os signos são orientados para o interior. A compreensão da relação entre ambos remete à história da formação do gênero humano, onde o domínio dos signos na conduta é essencial para a adaptação ativa do homem à natureza. Segundo Vigotski, a transformação da natureza pelo homem implica também a transformação de sua própria natureza.

O signo, a princípio, é sempre um meio de relação social, um meio de influência sobre os demais e tão somente depois se transforma em meio de influência sobre si mesmo.

[...] Se é certo que o signo foi a princípio um meio de comunicação e tão somente depois passou a ser um meio de conduta da personalidade, faz-se evidente que o desenvolvimento cultural se baseia no emprego dos signos e que sua inclusão no sistema geral de comportamento transcorreu inicialmente de forma social, externa (FERREIRA, Jorge H, 2020 p.146-7).

A partir disso pode se afirmar que o ensino junto à criança de 0 a 6 anos deve constituir uma primeira etapa do processo de superação das relações naturais e imediatas do sujeito com o mundo (funções elementares) que ascenderam a processos superiores mediante a apropriação de instrumentos culturais.

A concepção geral de desenvolvimento infantil em Vigotski, Leontiev e Elkonin, que incluiu o olhar histórico e dialético sobre o fenômeno, o exame das relações entre o desenvolvimento e a atividade da criança, a compreensão do processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores como resultado da apropriação do patrimônio cultural do gênero humano e das relações entre desenvolvimento e ensino, consideramos sintética e representativa a assertiva de Elkonin (1960) acerca das forças motrizes do desenvolvimento do psiquismo infantil:

As forças motrizes do desenvolvimento psíquico que atuam mutuamente são o lugar ocupado pelo indivíduo na sociedade entre as demais pessoas, as condições de vida, as exigências que se lhe apresenta à sociedade, o caráter da atividade que realiza e o nível de desenvolvimento alcançado em cada momento dado “(VYGOTSKI, Lev. *O Desenvolvimento Psicológico na Infância*. São Paulo: Editora Exemplo, 2021. p. 502.)

Elkonin (1978) trata o desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos de forma periodizada, trabalhando a periodização do desenvolvimento psicológico infantil, sendo os eixos fundamentais a categoria de atividade principal. A partir de seus estudos tem como a categoria de atividades principais nos diferentes estágios do desenvolvimento infantil

comunicação íntima pessoal, atividade objetual manipulatória, o jogo de papéis na idade escolar e a atividade de estudo na idade escola mas ele deixa claro que :

Na vida surgem novos tipos de atividade, novas relações da criança com a realidade. Seu surgimento e conversão em atividades principais não eliminam as atividades existentes anteriormente, elas apenas mudam de lugar no sistema geral de relações da criança com a realidade, tornando mais ricas essas relações”. (Elkonin, 1987b, p.122)

O esquema de periodização criado por Elkonin busca entender como a inteligência e as emoções se desenvolvem juntas na personalidade. Ele sugere que o desenvolvimento mental acontece em fases e que podemos dividir as atividades principais que caracterizam essas fases em dois grupos: Atividades que ajudam mais diretamente no desenvolvimento das emoções e motivações, onde as pessoas aprendem sobre os significados fundamentais das atividades humanas, seus objetivos, motivos e normas nas relações interpessoais. Atividades que promovem mais especificamente o desenvolvimento do pensamento e do conhecimento, onde as pessoas aprendem a lidar com objetos usando métodos socialmente aceitos.

Considerando o tema da pesquisa desse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), importa entender mais sobre o período do desenvolvimento da criança na idade pré-escolar. A atividade principal na idade pré-escolar é o jogo de enredo, ou jogo de papéis, fato já apontado por Vigotski e outros pesquisadores, o principal significado do jogo de papéis para o desenvolvimento psíquico infantil que se dá :

[...] graças a procedimentos peculiares (a assunção, pela criança, do papel de uma pessoa adulta e de suas funções sócio-laborais; o caráter representativo generalizado da reprodução das ações objetais; a transferência dos significados de um objeto a outro, etc.), a criança modela no jogo as relações entre as pessoas (Elkonin, 1987b, p.118).

O período pré-escolar, segundo Leontiev (2001), abrange os anos iniciais da infância, aproximadamente dos três aos seis anos de idade, sendo um momento em que a criança começa a explorar cada vez mais o mundo que a cerca, especialmente através de jogos que vão além da simples manipulação de objetos. Durante essa fase, a criança assimila o mundo humano reproduzindo ações humanas com objetos, o que Leontiev e Elkonin (1987) destacam como essencial para que ela adquira o sentido social das atividades.

O jogo de papéis torna-se crucial nesse processo, pois introduz a criança no sistema social de relações humanas, permitindo-lhe assimilar o significado social das atividades. Esse

tipo de jogo ajuda a criança a lidar com a contradição entre sua necessidade de agir com objetos e sua limitação em executar as operações necessárias. No jogo, essa contradição é superada, pois as operações e condições do objeto podem ser substituídas sem afetar o conteúdo da ação.

Para Vigotski (2002), o jogo é uma atividade livre das obrigações da ação real, permitindo que as crianças ajam com liberdade e criatividade. Além disso, no jogo de papéis, a criança aprende a controlar suas próprias ações, pois assume diferentes papéis e internaliza regras sociais, promovendo o desenvolvimento de sua consciência. O jogo também desempenha um papel crucial no desenvolvimento do pensamento infantil, possibilitando a criação de situações imaginárias e promovendo a transição do pensamento concreto para formas mais abstratas.

Elkonin (1960) enfatiza que o jogo de papéis reflete as atividades sociais dos adultos e as relações sociais, permitindo que a criança compreenda melhor a realidade social que a cerca. Portanto, é importante que os educadores intervenham no jogo infantil para direcionar as crianças para temas que possam enriquecer sua compreensão da realidade social e promover um desenvolvimento saudável.

Na perspectiva de Elkonin (1987a), o papel do educador é essencial na organização e direção do jogo infantil, pois ele pode influenciar na seleção de temas, na distribuição de papéis entre as crianças e na definição dos acessórios utilizados no jogo. Além disso, o educador deve introduzir uma atitude interativa no jogo, promovendo relações de respeito e cooperação entre as crianças. O jogo de papéis na infância pré-escolar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social, cognitivo e emocional das crianças, e a intervenção adequada dos educadores é essencial para garantir que esse processo seja enriquecedor e construtivo.

Considerando a importância dos jogos de papéis no processo de formação das crianças em idade pré-escolar, por meio dos quais as crianças buscam compreender as relações sociais nas quais estão inseridas, pode-se inferir que os jogos de papéis tem implicações na construção de relações sociais respeitadas ou preconceituosas, a depender do conteúdo desses jogos de papéis sociais aos quais as crianças têm acesso e são incentivadas a desenvolver. Desse modo, considerando o papel histórico de subalternidade e de preconceitos a que a mulher tem sido submetida na sociedade brasileira, cabe avançar no estudo a fim de

entender a relação entre os jogos de papéis sociais e a diferenciação de gênero nas escolas, vale salientar que os textos selecionados não abordam a temática na perspectiva histórico cultural.

#### **4. A RELAÇÃO DOS JOGOS DE PAPÉIS E A DIFERENCIAÇÃO DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE ARTIGOS CIENTÍFICOS.**

A pré-escola é um espaço onde as crianças se encontram e constroem novas experiências de vida. A criança possui potencial, curiosidade e necessidade de se relacionar e comunicar-se, além da capacidade de aprender e viver em um contexto educativo coletivo, estabelecendo diversas relações. Na educação infantil, há a possibilidade de diversas formas de ser e se relacionar, permitindo à criança aprender e conhecer com o outro, com o diferente dela. A brincadeira é de extrema importância para essa troca, pois é nela que descobrem significados, criam e recriam, encontrando um lugar para novas vivências e transgressão.

A brincadeira dentro da instituição educacional é fundamental para a infância, sendo uma das categorias pedagógicas. No entanto, para que esse aprendizado através do brincar ocorra com qualidade, é necessário planejamento, compreendendo o brincar como uma categoria pedagógica que deve ser planejada e programada pelos educadores. Para a criança, a brincadeira envolve conhecer o mundo, afeto, prazer, desprazer, fantasia, movimento, poesia, ciências, artes plásticas e dramáticas, linguagem, música e matemática. Para ela, a brincadeira é uma forma de linguagem, assim como a linguagem é uma forma de brincadeira (Kuhlmann, 1999, p. 65).

Pelo movimento de seu corpo inteiro, a criança brinca e representa, assim aprendendo a falar. O movimento da língua é uma brincadeira desse jogo. Para a criança, as palavras não são signos fixados pela convenção, mas primeiramente sons a serem explorados. Benjamin (2002) diz que a criança entra nas palavras como entrar em cavernas, criando entre elas caminhos estranhos. Essa atitude não se deve à pretensa "ingenuidade infantil". Pelo contrário, ela testemunha a importância do aspecto material da linguagem, que os adultos geralmente esquecem em proveito de seu aspecto espiritual e conceitual, e que somente a linguagem poética ainda lembra (Gagnebin, 1997, p. 99-100).

Para entender os jogos de papéis e a diferenciação de gênero, é necessário compreender o conceito de gênero. O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre eles decorre dessa distinção, complementar, na qual cada um deve desempenhar um papel determinado, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no senso comum, seja revestido por uma linguagem "científica", a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender e justificar a desigualdade social (Louro, 1997, p. 20-21). Conforme Scott (1995), o gênero pode ser entendido como um elemento constitutivo das relações sociais, fundado sobre as diferenças percebidas entre os sexos, fornecendo um meio de decodificar o significado e compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana.

É a construção social que uma dada cultura estabelece ou elege em relação aos homens e mulheres. O conceito de gênero implica conhecer e entender como são produzidas pelas culturas e sociedades as relações entre homens e mulheres. Portanto, como diz Scott, gênero pode ser entendido como a organização social da diferença sexual (1995, p. 74). De acordo com Claudia Vianna e Sandra Ridenti (1998), gênero remete-se a uma tentativa de incorporar, na análise, aspectos que são socialmente construídos, observando que cada cultura define o que é masculino e feminino.

As autoras afirmam que se trata de definições mutáveis, que podem e, por vezes, ser alteradas (p. 97). O conceito de gênero aqui relaciona a infância ao gênero, analisando a relação de meninos e meninas, evidenciada nos momentos de manifestações de brincadeiras a partir do texto de Daniela Finco, que busca analisar as diferentes formas de brincadeiras dos meninos e das meninas, procurando abordar questões educativas que podem fazer com que a criança acaba reproduzindo ou transgredindo as regras impostas pelo adulto, construindo a cultura infantil, mostrando assim como os meninos e as meninas se relacionam frente às questões de gênero.

Pois é possível afirmar que esta questão não se limita apenas às relações dos adultos, nas formas específicas das relações de homens e mulheres. As primeiras sutilezas desse processo se inicia na infância, quando meninos e meninas são submetidos desde pequenos a desempenhar determinados papéis, onde a partir das brincadeiras de papéis, cada um deveria conhecer o que é considerado adequado e inadequado para um homem ou uma mulher e responder a essas expectativas. Margareth Mead (1998) afirma que não existem "atribuições naturais" ligadas ao sexo biológico e sim "atribuições sociais", que ela chamou de papéis

sexuais, que seriam, portanto, tarefas e valores associados, em determinada sociedade, às pessoas do mesmo sexo.

Dentre as muitas identidades que possuímos, a de gênero tem a mesma importância que outras questões, acontece ao longo da vida toda, e não se conclui na infância ou adolescência. No entanto, no período pré-escolar é fundamental. A formação do conceito de gênero nesse período certamente afetará as atitudes e comportamentos futuros, ficando claro assim que as desigualdades entre homens e mulheres são construídas pela sociedade e não determinadas pela diferença biológica entre os sexos (Faria e Nobre, 2003, p. 30). A escola, desde o seu início, distinguiu os sujeitos, separou adultos de crianças, católicos de protestantes, ricos e pobres, negros e brancos, e meninos das meninas. As meninas conquistaram o direito de ir à escola, mas recebiam educação diferenciada.

As escolas femininas dedicavam intensas e repetidas horas de treino das habilidades manuais de suas alunas, como trabalhos mais delicados de agulha ou pintura, enquanto para os meninos era voltado o ensino de leitura. Ainda hoje na contemporaneidade, algumas pesquisas afirmam que meninos e meninas recebem educação diferente, mesmo sentados na mesma sala, lendo os mesmos livros, ouvindo o mesmo professor. A diferença está nas formas sutis e aparentemente invisíveis com que os professores interagem com alunos e alunas.

Para Valerie Walkerdine (1995, apud Dornelles, 2000), analisar o discurso de professores na Inglaterra no que diz respeito a meninas e meninos é produzir identidades nas crianças, verdades sobre ser menino e menina, onde meninos são caracterizados por serem inteligentes, bagunceiros e desleixados, enquanto as meninas, mesmo sendo brilhantes naquilo que fazem, são apenas vistas como esforçadas, caprichosas e obedientes. O comportamento das crianças durante as brincadeiras mostra características distintas conforme o gênero. Enquanto as meninas elegem um canto da sala para brincar, os meninos movimentam-se pela sala correndo, andando de quatro patas, sem restringir-se a um determinado local. A preferência dos meninos por jogos e brinquedos que envolvem a movimentação do corpo em espaços mais amplos contrasta com a preferência das meninas por brincadeiras mais calmas, que imitam o cotidiano doméstico (Cechin, 1997, p. 227).

Estes espaços ocupados, por meninos e meninas, são evidenciados nas crianças da turma observada, os meninos correm pela sala, pelo corredor brincando de super heróis, de lutas, apresentam a necessidade de maior espaço para brincar, enquanto as meninas utilizam espaços menores geralmente dentro da sala. Os meninos apresentam comportamento mais

agressivo durante as brincadeiras e isto parece ser encarado com naturalidade, já as meninas quando agressivas acabam sofrendo represálias (Schmitz, 2002, p.35)

A pesquisadora conclui que as relações que homens e mulheres apresentam, seja no espaço público ou privado, especialmente na escola e na família, são internalizadas pelas crianças, reproduzidas na infância, como um ensaio daquelas relações discriminatórias que caracterizam o cenário da relação de gênero de uma sociedade como a nossa, não observando as formas como as crianças se relacionam de formas criativas e imaginárias, indicando assim que a criança internaliza e reproduz as relações adultas, sendo passiva frente às questões de gênero. A partir dessas considerações, houve a pesquisa bibliográfica a fim de saber o que está sendo discutido sobre a temática no Brasil, e as possibilidades de mudanças.

#### **4. METODOLOGIA/ PERCURSO METODOLÓGICO/ MATERIAIS E MÉTODOS**

Considerando que o presente trabalho volta-se para a pesquisa exploratória a respeito daquilo que vêm sendo produzido sobre jogos de papéis e gênero, abordando possíveis conceituações se apresenta enquanto fundamento necessário do pensamento, pesquisa realizada no Google Acadêmico, uma ferramenta gratuita do Google específica para busca de citações de artigos, relatórios, livros on-line, revistas científicas e muitos outros materiais possam ser utilizados como embasamento teórico ou referência.

Exposto o caminho de investigação da pesquisa com a realização torna-se pertinente apresentar de forma mais detalhada os procedimentos metodológicos utilizados considerando as diferentes etapas da pesquisa, para a busca de produções sobre o objeto de estudo, encontrado produções de 2003 a 2022. Justifica-se a escolha das fontes de pesquisa apresentadas anteriormente por conta dos seguintes aspectos:

Em relação à pesquisa de produções nas plataformas selecionadas, torna-se pertinente refletir sobre os descritores utilizados. Estabelecido o tema central, foram realizadas diversas tentativas de buscas para os descritores como jogos de papéis, jogos simbólicos, desigualdade de gênero na educação infantil, e outros, mas apenas dois desses descritores apresentaram melhores resultados.

Partindo de diversas tentativas, a demanda por um descritor que fosse mais abrangente foi escolhido então os descritores “Jogos de papéis e gênero” e “Jogos de papéis na educação infantil and gênero”, considerando o seguinte aspecto: apresentava resultados

mais específicos acaba por se relacionar mais diretamente com a área da educação, apresentando uma quantidade considerável de trabalhos para análise e seleção.

A tabela a seguir apresenta alguns dados em relação à quantidade de trabalhos encontrados na plataforma considerando o uso dos dois descritores em uma primeira busca geral.

**Tabela 1 - Quantidade de trabalhos encontrados no Google acadêmico**

Descritores	Quantidade de Trabalhos encontrados
Jogos de papéis e gênero	18.300
Jogos de papéis na educação infantil and gênero	16.500

**Elaborada pela autora, com base em: Google Acadêmico.**

O número de artigos apresentados pelo Google Acadêmico é gigantesco, mesmo usando os descritores para que os artigos fossem selecionados de forma mais direta, e interligada com a temática, aparecem inúmeros artigos que não se relacionam com o que está sendo procurando, muitos dos artigos falavam sobre adolescentes, e essa diferenciação de gênero principalmente em aulas que se relacionavam com atividade física, por isso apesar desse número foi realizado uma seleta busca para achar artigos que abrangiam sobre o foco deste trabalho que tem por objetivo focar em crianças da educação infantil.

Nesse primeiro momento de busca geral, os números de produções obtidos com os descritores foram enorme, a partir disso foi realizada uma pré seleção dos artigos a partir dos títulos, onde no descritor “jogos de papéis e gênero” foram encontrados dois artigos, e no descritores” jogos de papéis na educação infantil and gênero” foram encontrados dez artigos. Foi realizada a leitura dos resumos dos trabalhos encontrados, de forma a considerar sua pertinência para o tema delimitado, o que faz emergir o segundo momento de seleção da pesquisa.

### **Seleção de trabalhos relacionados com o tema da pesquisa**

Após o primeiro momento de busca geral, partiu-se para uma segunda fase de seleção de trabalhos relacionados com o tema proposto pela pesquisa. Para isso, utilizou-se da leitura dos resumos das produções disponíveis no google acadêmico. Quando não foi possível concluir pelo resumo se o trabalho tinha ou não relação com o tema pesquisado, foi utilizada a

estratégia de consulta ao trabalho na íntegra para a tomada de decisão. No processo de seleção foram utilizados alguns critérios para a escolha dos trabalhos. Dessa maneira, do total de aproximadamente mais de 20.000 resultados da pesquisa geral dos trabalhos encontrados, selecionou-se para uma primeira análise 12 produções, a partir de seus títulos, que correspondiam com a pesquisa.

O Google Acadêmico totalizou aproximadamente 20.000 resultados, porém eu não fui até o final das páginas, a pesquisa por título foi até a página 14, pois quanto mais se distanciava os artigos das primeiras páginas, mais os títulos iam se diversificando e distanciando dos descritores, e do tema da pesquisa, por isso foram selecionados essa quantidade de artigos. Por sua vez, o segundo momento de análise fundamentou-se a partir de novo processo de seleção desses 12 trabalhos,. Assim, utilizou-se alguns critérios que estruturaram a escolha.

Foram selecionadas nove produções que se encaixam nos critérios estabelecidos. Para análise dessas nove pesquisas, foram delimitados os seguintes objetivos: a) compreender os caminhos constituídos pelos pesquisadores para refletir sobre o processo de aquisição de sistemas privados de ensino (estruturação dos trabalhos); b) compreender os procedimentos utilizados para a coleta dos dados; c) apresentar as principais conclusões/considerações que os autores elaboraram a partir dos resultados de suas investigações.

A partir dos objetivos estabelecidos, foram realizadas breves sínteses das obras estudadas, para então se tecer considerações observando possíveis convergências e divergências no que concerne aos aspectos selecionados. As 12 produções selecionadas para esse momento de análise foram organizadas no quadro 1 a partir da seguinte estrutura: título da pesquisa, autor, instituição de origem, ano de publicação.

**Quadro 1 - Produções selecionadas por título da pesquisa, autor, instituição e ano**

<b>Título da pesquisa</b>	<b>Autor</b>	<b>Instituição</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Link de Acesso</b>
Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil	Daniela Finco	UNICAMP	2003	<a href="https://periodicos.sb&lt;br/&gt;u.unicamp.br/ojs/in&lt;br/&gt;dex.php/proposic/ar&lt;br/&gt;ticle/view/8643863">https://periodicos.sb u.unicamp.br/ojs/in dex.php/proposic/ar ticle/view/8643863</a>
Diferenças de gênero no brincar de crianças pré-escolares e escolares na brinquedoteca	Fernanda Wanderlind Gabriela Dal Forno Martins Janete Hansen	UFSC	2006	<a href="https://www.scielo.&lt;br/&gt;br/j/paideia/a/ZwQ&lt;br/&gt;T9FdgtHjrgs7VVjr&lt;br/&gt;ph4N/?format=pdf">https://www.scielo. br/j/paideia/a/ZwQ T9FdgtHjrgs7VVjr ph4N/?format=pdf</a>

	Samira Mafioletti Macarini Mauro Luis Vieira			&lang=pt
Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder*	Claudia Vianna Daniela Finco	USP	2009	<a href="https://periodicos.sb&lt;br/&gt;u.unicamp.br/ojs/in&lt;br/&gt;dex.php/cadpagu/ar&lt;br/&gt;ticle/view/8644928">https://periodicos.sb u.unicamp.br/ojs/in dex.php/cadpagu/ar ticle/view/8644928</a>
Relações de gênero na educação infantil: como brincam as crianças?	Clair Roldão Schardosim	UFSC	2016	<a href="https://repositorio.u&lt;br/&gt;fsc.br/handle/12345&lt;br/&gt;6789/173843">https://repositorio.u fsc.br/handle/12345 6789/173843</a>
O brinquedo e a produção de gênero na educação infantil: uma análise pós-estruturalista	Lilian Moreira Cruz Zenilton Gondim Silva Marcos Lopes de Souza	UNEB	2012	<a href="https://periodicos.uf&lt;br/&gt;es.br/index.php/gep&lt;br/&gt;ss/article/view/3880">https://periodicos.uf es.br/index.php/gep ss/article/view/3880</a>
A naturalização das desigualdades de gênero em brincadeiras da educação infantil	Aline Borges Araujo	FACMAIS	2022	<a href="https://educapes.cap&lt;br/&gt;es.gov.br/bitstream/&lt;br/&gt;capes/704878/6/A%&lt;br/&gt;20IGUALDADE%&lt;br/&gt;20DE%20GE%CC&lt;br/&gt;%82NERO%20E%&lt;br/&gt;20O%20BRINCAR&lt;br/&gt;%20NA%20EDUC&lt;br/&gt;AC%CC%A7A%&lt;br/&gt;C%83O%20INFAN&lt;br/&gt;TIL%283%29.pdf">https://educapes.cap es.gov.br/bitstream/ capes/704878/6/A% 20IGUALDADE% 20DE%20GE%CC %82NERO%20E% 20O%20BRINCAR %20NA%20EDUC AC%CC%A7A% C%83O%20INFAN TIL%283%29.pdf</a>
A introdução dos papéis de gênero na infância: brinquedo de menina e/ou de menino?	Matheus Estevão Ferreira da Silva Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo	UPM	2016	<a href="https://editorarevist&lt;br/&gt;as.mackenzie.br/ind&lt;br/&gt;ex.php/tint/article/v&lt;br/&gt;iew/9856/6297">https://editorarevist as.mackenzie.br/ind ex.php/tint/article/v iew/9856/6297</a>
Gênero e brincadeira em cena na escola	Aline Dias dos Santos Lima	UFAL	2019	<a href="https://www.reposit&lt;br/&gt;orio.ufal.br/bitstrea&lt;br/&gt;m/riufal/6562/1/G%&lt;br/&gt;C3%AAnero%20e&lt;br/&gt;%20brincadeira%2&lt;br/&gt;0em%20cena%20n&lt;br/&gt;a%20escola.pdf">https://www.reposit orio.ufal.br/bitstrea m/riufal/6562/1/G% C3%AAnero%20e %20brincadeira%2 0em%20cena%20n a%20escola.pdf</a>
Ensinando a ser menina e menino: brinquedos e relações de gênero	Aliandra Cristina Mesomo Lira Maristela Aparecida Nunes	UNESPAR	2016	<a href="https://doi.org/10.3&lt;br/&gt;3871/23594381.201&lt;br/&gt;6.14.1.849">https://doi.org/10.3 3871/23594381.201 6.14.1.849</a>

Gênero na educação infantil	Hellen Monique Carpes	UFSC	2016	<a href="https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/173874">https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/173874</a>
Divisão sexual dos brinquedos infantis: uma reprodução da ideologia patriarcal	Antonia Camila de Oliveira Nascimento	UERN	2014	file:///C:/Users/Usuario/Downloads/admin_depext,+15_A+INFLU%C3%8ANCIA+DA+IDEOLOGIA.pdf
Masculinidades, feminilidades e dimensão brincalhona: reflexões sobre gênero e docência na Educação infantil	Patrícia Dias Prado Viviane Soares Anselmo	UNICAMP	2019	<a href="https://www.scielo.br/j/pp/a/MDkc9n6ndCcG5xL8rPgPbZG/?format=pdf&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/j/pp/a/MDkc9n6ndCcG5xL8rPgPbZG/?format=pdf&amp;lang=pt</a>

**Elaborado pela autora, com base em: Google Acadêmico.**

Link de acesso dos textos: Observa-se uma grande diversidade presente nos aspectos elencados. No quesito gênero dos autores, é possível observar que a maioria são mulheres que tratam sobre o assunto. A tabela mostra a quantidade de autores separados por gênero desses doze artigos, concluindo a predominância de autores que refletem sobre o assunto em relação à desigualdade de gênero na educação infantil, através dos jogos de papéis.

**Tabela 2- Gênero dos autores**

<b>Autores Femininos</b>	<b>Autores Masculinos</b>
Wanderlind Gabriela Dal Forno Martins Janete Hansen Samira Mafioletti Macarini Fernanda Claudia Vianna Daniela Finco Lilian Moreira Cruz Aline Borges Araujo Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo Aline Dias dos Santos Lima Aliandra Cristina Mesomo Lira Maristela Aparecida Nunes Hellen Monique Carpes Antonia Camila de Oliveira Nascimento Patrícia Dias Prado	Mauro Luis Vieira Clair Roldão Schardosim Zenilton Gondim Silva Marcos Lopes de Souza Matheus Estevão Ferreira da Silva

Viviane Soares Anselmo	
<b>Total: 16</b>	<b>Total:5</b>

**Elaborada pela autora, com base em: Google acadêmico.**

No que concerne às Instituições de Ensino Superior, é possível destacar que as instituições públicas concentram a maior parte das pesquisas relacionadas a esse tema. Os dados levantados apontam para a relevante contribuição das universidades públicas, como a UNICAMP, UFSC, UNEB, UNESPAR, UFSCar, USP e a UFAL.

**Tabela 3- Quantidade de trabalhos por instituições de ensino superior**

<b>Instituição de ensino superior</b>	<b>Quantidade de trabalhos</b>
UFSC	3
UNICAMP	2
USP	1
UNEB	1
FACMAIS	1
UFAL	1
UNESPAR	1
PUC	1
UPM	1
<b>Total:</b>	<b>12</b>

**Tabela elaborada pela autora, com base no Google Acadêmico**

Assim, considerando-se a relação de produções por instituições, é possível observar também essa relação no que diz respeito à localização geográfica em que os trabalhos foram produzidos.

**Tabela 4 - Distribuição de trabalhos por Regiões do Brasil**

<b>Regiões do Brasil</b>	<b>Quantidade de trabalhos</b>
Sudeste	5
Sul	4
Centro-oeste	1
Nordeste	2
Norte	-
<b>Total:</b>	<b>12</b>

**Elaborada pela autora, com base em: Google Acadêmico.**

A partir da tabela pode se perceber que o sudeste e o sul foram as regiões que mais produziram conteúdos em relação a jogos de papéis desigualdade de gênero. A região Norte do Brasil, que é formada por sete estados – Amazonas (AM), Pará (PA), Acre (AC), Roraima (RR), Rondônia (RO), Amapá (AP) e Tocantins (TO), não produziu nada que se enquadre nessa pesquisa de TCC.

A partir da análise por regiões foi possível, aprofundar a distribuição de trabalhos por municípios. Com foco no local de produção indicado na folha de rosto dos trabalhos. Trata-se, portanto, dos municípios em que as Instituições de Ensino Superior estão localizadas.

**Tabela 5- Distribuição de trabalhos por municípios**

<b>Município</b>	<b>Quantidade de produções</b>
Florianópolis/SC	3
Campinas/SP	2
São Paulo/SP	2
Inhumas/GO	1
Maceió/AL	1
Curitiba/PR	1
Rio de Janeiro/RJ	1
Conceição do Coité/BA	1

<b>Total:</b>	<b>12</b>
---------------	-----------

**Elaborada pela autora, com base em: Google Acadêmico.**

Em relação à distribuição de trabalhos por ano, as produções selecionadas compreendem o período temporal de 2003 a 2022. Os dados podem indicar que trata-se de um tema relativamente recente no âmbito das pesquisas em educação, encontrando sua emergência principalmente nos anos 2000. A partir da tabela é possível observar que o ano que se destaca em relação a produção de artigos sobre a temática é o ano de 2016 que possui quatro artigos pré-selecionados. Nos anos 2004,2005,2007,2008,2010,2011,2013,2015,2017, 2018,2020, e 2021 não foi possível achar trabalhos científicos que abrangessem o tema deste trabalho.

**Tabela 6 - Ano de publicação das produções científicas**

<b>Ano</b>	<b>2003</b>	<b>2006</b>	<b>2009</b>	<b>2012</b>	<b>2014</b>	<b>2016</b>	<b>2019</b>	<b>2022</b>
<b>Quantidade</b>	1	1	1	1	1	4	2	1

**Elaborada pela autora, com base em: Google Acadêmico.**

A partir dessas análises dos artigos pré selecionados foi realizada a leitura dos resumos desses artigos que antes foram selecionados a partir de seus títulos. Agora, posteriormente, houve o aprofundamento para afunilar a pesquisa, e conseguir focar no que tem conexão com a temática deste trabalho. Tendo em vista que o trabalho em si, e o processo de produção e desenvolvimento ao decorrer, indagou uma questão, a busca de forma mais sintética sobre o assunto, o que vem circulando do ponto de vista dos artigos científicos, o que os pesquisadores têm falado sobre a temática.

Esse refinamento foi realizado a partir de alguns critérios sendo eles: idade das crianças que o texto se referia, a ligação entre âmbito escolar e desigualdade de gênero, os quais focaram na educação infantil, pois a maioria dos textos vistos nas pesquisas não vieram para os textos seleccionados a partir do título pois focam no ensino fundamental, principalmente relacionando a matéria de educação física. E este trabalho tem por foco a

educação infantil, precisando crianças de 0 a 6 anos de idade, que estejam na rede de ensino regularmente, vivenciando o âmbito escolar, conseqüentemente interagindo com outras crianças e adultos da área da educação.

A partir da leitura dos resumos foi nítido que alguns desses textos fugiam da temática, por isso foi necessário refinar as escolhas dos artigos pré selecionados, onde seis deles foram selecionados, os quais mais interagem, e fazem sentido com este presente trabalho. Os artigos selecionados foram:

## **5. SÍNTESE DAS PRODUÇÕES SELECIONADAS**

### **5.1 O BRINQUEDO E A PRODUÇÃO DO GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA- ANÁLISE PÓS-ESTRUTURALISTA**

O texto de Lilian Moreira Cruz, Zenilton Gondim Silva, Marcos Lopes de Souza explora a influência dos brinquedos na construção e desconstrução dos gêneros na Educação Infantil. Inicialmente, as instituições educativas utilizam brinquedos, brincadeiras e jogos para ensinar valores e normas sociais às crianças. No entanto, esses brinquedos, muitas vezes considerados “inocentes”, podem, na verdade, reforçar estereótipos de gênero e papéis sociais.

É, portanto, a cultura que nos permite dar significado ao objeto brinquedo, atribuir-lhe um sentido. E a construção do seu significado se faz no âmbito das práticas discursivas, da linguagem. As representações de brinquedo, preexistentes, num determinado universo cultural terão, portanto, sobre crianças e adultos um forte papel modulador nos significados que estes mesmos sujeitos passam a atribuir a tais objetos (BUJES, 2004 p. 211).

Os autores retratam, que meninos são incentivados a brincar com bolas e carros, enquanto meninas são direcionadas para bonecas e casinhas. Esses brinquedos não são neutros; eles carregam significados culturais e sociais que moldam a identidade de gênero das crianças. A pesquisa citada busca entender como as preferências e manipulações dos brinquedos pelas crianças entre 3 e 4 anos refletem e reforçam essas normas de gênero.

A análise adota uma perspectiva pós-estruturalista, influenciada por teóricos como Foucault, que vê o poder e o gênero como construções sociais e discursivas. O

pós-estruturalismo amplia o entendimento do gênero além da biologia, focando em como os discursos e práticas culturais moldam a identidade.

A pesquisa fala que no primeiro dia da observação apenas dois alunos e quatro alunas se fizeram presentes, por conta do clima. Perguntaram quem gostava de brincar e todos responderam que sim. Perguntaram quem gostava de brincar de boneca e todas as meninas responderam que gostavam, e os dois meninos disseram que não, quando perguntaram por que não, um deles respondeu “Porque não sou mulherzinha, brincar de boneca é coisa de mulher, eu gosto é de brincar de estilingue, carro, de bola...”. O outro aluno disse que “menino que brinca de boneca vira mulherzinha”. Essa é apenas uma das falas que o texto traz, representando o impacto dessas desigualdades.

O estudo revela que brinquedos são imersos em relações de poder e produzem significados sociais específicos de gênero. Observa-se que meninos tendem a rejeitar brinquedos tidos como femininos, enquanto meninas, quando brincam com brinquedos considerados masculinos, frequentemente o fazem de maneira “feminizada”, como exemplificado pelo “carro da Barbie”. A pesquisa também mostra que, apesar das resistências, as crianças são capazes de desafiar e negociar esses papéis de gênero, especialmente em idades mais jovens.

Contudo, o estudo conclui que a cultura e o contexto social influenciam fortemente o significado atribuído aos brinquedos e que os padrões de gênero são moldados por práticas discursivas que são historicamente e culturalmente específicas. A pesquisa sugere que a investigação contínua e a reflexão crítica sobre esses padrões podem ajudar a desestabilizar as normas de gênero e promover uma maior flexibilidade nas identidades de gênero das crianças.

O estudo revela a complexidade da construção social das relações de gênero, destacando como um sistema de dominação-exploração perpetua a desigualdade ao apresentar diferenças entre os sexos como naturais e biológicas. As análises mostram que pais e mães escolhem brinquedos com base no sexo dos filhos, reforçando estereótipos de fragilidade para meninas e força para meninos. As seções de brinquedos nas lojas são segregadas por gênero, refletindo a divisão tradicional entre o espaço privado e o público. A pesquisa enfatiza a necessidade de uma educação libertária e não sexista, que promova igualdade e respeito pelas diferenças, permitindo que todos brinquem e interajam sem barreiras baseadas em gênero. Acredita-se que, ao adotar uma abordagem educacional mais inclusiva e igualitária, é possível

superar as desigualdades e construir relações mais humanizadas e respeitadas entre homens e mulheres.

## **5.2 DIVISÃO SEXUAL DOS BRINQUEDOS INFANTIS: UMA PRODUÇÃO DE IDEOLOGIA PATRIARCAL**

Este artigo faz parte de uma pesquisa monográfica desenvolvida na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), pela autora Antonia Camila de Oliveira Nascimento. O estudo examina como os aspectos materiais e ideológicos do patriarcado influenciam a definição dos brinquedos. Para isso, a autora utiliza conceitos como Ideologia, patriarcado, gênero, consciência e divisão sexual do trabalho, a coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com um conjunto de perguntas semiestruturadas.

A análise revela que os brinquedos não se limitam a representar momentos de lazer, mas também refletem ideologias culturais que impõem papéis sociais distintos para homens e mulheres, com base no sexo. Visando analisar como a ideologia patriarcal se manifesta nos brinquedos infantis, considerando tanto os aspectos materiais quanto ideológicos do patriarcado na sua definição. O objetivo é compreender como esses brinquedos reforçam papéis de gênero (feminino e masculino) e contribuem para a perpetuação dessas normas desde a infância. A pesquisa utiliza o materialismo histórico dialético para entender como a ideologia patriarcal se infiltra nas representações e valores dos brinquedos, examinando como essas representações ajudam a consolidar e reproduzir desigualdades de gênero.

A pesquisa, que adota uma abordagem qualitativa, envolveu entrevistas semiestruturadas e análise de imagens de brinquedos em lojas, revelando como os brinquedos são segregados por gênero e como isso reflete valores patriarcais. Observou-se que brinquedos associados a meninas estão vinculados a atividades domésticas e papéis passivos, enquanto os destinados a meninos estão relacionados à aventura e autonomia.

O estudo também relaciona a educação sexista com a reprodução das desigualdades sociais, destacando como instituições como a família, a escola e a religião reforçam a divisão de gênero. Essas instituições perpetuam a ideia de que diferenças entre os sexos são naturais e justificam papéis e habilidades distintas. Além disso, a pesquisa crítica como o sistema capitalista se aproveita dessas divisões para manter desigualdades no trabalho e na sociedade.

Por fim, o trabalho argumenta que, para superar essas desigualdades, é necessário questionar e transformar as bases da educação sexista e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. A pesquisa entrevistou cinco mães em Mossoró-RN sobre suas percepções e

práticas na seleção de brinquedos para seus filhos, revelando a prevalência de estereótipos de gênero.

As mães frequentemente associam brinquedos a características tradicionais de masculinidade e feminilidade: brinquedos para meninos são vistos como mais "avançados" e "radicais", enquanto brinquedos para meninas são considerados mais delicados e voltados para o cuidado. Algumas mães admitiram não permitir que seus filhos brinquem com brinquedos "do sexo oposto", como bonecas para meninos, por acreditarem que isso poderia impactar negativamente o desenvolvimento sexual ou social das crianças. A pesquisa destacou que essas atitudes refletem e perpetuam a ideologia patriarcal, onde brinquedos são usados para reforçar papéis de gênero tradicionais. Quando as crianças brincam com brinquedos fora dessas expectativas, elas podem enfrentar repreensão, o que contribui para a solidificação de normas sexistas.

### **5.3 ENSINANDO A SER MENINA E MENINO: BRINQUEDOS E RELAÇÕES DE GÊNERO**

O artigo "Ensinando a ser menina e menino" explora como os brinquedos e a cultura de consumo moldam as identidades de gênero desde a infância. Publicado na *Revista Ensino & Pesquisa* (2016), que é de autoria de Aliandra Cristina Mesomo, Lira Maristela Aparecida Nunes, aborda como a socialização e a cultura influenciam a construção das características masculinas e femininas. Decorrendo por alguns pontos que são eles, a construção de gênero, os estereótipos nos brinquedos, socialização, e a relação desse processo com a educação.

O texto aponta que a identidade de gênero é socialmente construída através da cultura e da socialização, e não é algo intrinsecamente natural. Desde pequenos, meninos e meninas são guiados a adotar comportamentos e características associadas a seus gêneros. Os brinquedos são projetados para reforçar estereótipos de gênero. Brinquedos como bonecas e casinhas são destinados às meninas, enquanto carrinhos e bolas são para meninos. Mostrando que esta categorização reforça comportamentos e papéis sociais tradicionais, ligando meninas a atividades domésticas e meninos a aventuras e trabalho.

Gênero pode ser compreendido como um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, que fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana. É a construção social que uma dada cultura estabelece ou elege em relação a homens e mulheres. (Silva e Finco, 2015, P. 235)

O artigo expõe, que o marketing e a mídia desempenham um papel crucial ao perpetuar esses estereótipos. As embalagens e publicidades reforçam normas de gênero, com brinquedos para meninas frequentemente associados a aspectos de cuidado e beleza, e brinquedos para meninos ligados à força e aventura. As preferências das crianças por determinados brinquedos são moldadas socialmente, com escolhas influenciadas pela família e pelos meios de comunicação. Essas preferências não são naturais, mas são construídas através de normas culturais.

Manipulação, posse, consumo... o brinquedo introduz a criança nas operações associadas ao objeto. A apropriação se inscreve num contexto social: o brinquedo pode ser mediador de uma relação com outra ou com uma atividade solitária, mas sempre sobre o fundo da integração a uma cultura específica. Além disso, é suporte de representações, introduzindo a criança num universo de sentidos e não somente de ações (Kishimoto, 1999, p. 68)

É exposto a necessidade de revisar e questionar as práticas que dividem brinquedos e atividades, incluindo no âmbito escolar. As autoras sugerem que a eliminação dessas restrições e a promoção de brinquedos neutros em termos de gênero podem ajudar a desconstruir estereótipos e permitir uma experiência mais inclusiva e igualitária para todas as crianças. A reflexão sobre o impacto dos brinquedos deve ser incorporada no ambiente escolar e familiar, onde os educadores e pais têm um papel crucial em promover uma compreensão mais ampla e inclusiva de gênero, combatendo preconceitos e promovendo a igualdade.

[...] espaço importante para observar e discutir articulações entre corpo, gênero e sexualidade do ponto de vista das relações de poder. Caberia, então, perguntar, por exemplo: em que medidas normas de comportamento e práticas corporais vigentes no espaço escolar estão implicadas na produção de diferenças e desigualdades de gênero potencialmente violentas? (Meyer, 2009, p. 226)

O artigo conclui que os brinquedos desempenham um papel significativo na formação das identidades de gênero e que é essencial adotar uma abordagem crítica e reflexiva sobre como essas construções sociais são perpetuadas e como podem ser desafiadas para promover uma maior equidade de gênero desde a infância.

#### **5.4 A INTRODUÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO NA INFÂNCIA: BRINQUEDO DE MENINA E/OU DE MENINO?**

O artigo "A introdução dos papéis de gênero na infância: brinquedo de menina e/ou de menino?" explora como os papéis de gênero são construídos e reforçados desde a infância,

destacando a influência da heteronormatividade e do binarismo de gênero na formação das identidades. A pesquisa realizada por Matheus Estevão Ferreira da Silva, e Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo discute como a sociedade atribui comportamentos e expectativas específicas para meninos e meninas, com base em normas culturais e sociais que consideram essas diferenças como naturais e inevitáveis.

A partir da perspectiva de Simone de Beauvoir e Joan Scott, o texto argumenta que os papéis de gênero não são determinados biologicamente, mas socialmente construídos e historicamente mantidos. O conceito de heteronormatividade é central, referindo-se à imposição de uma ordem social que naturaliza e obriga a conformidade ao binarismo de gênero e à heterossexualidade, marginalizando outras formas de expressão de gênero e sexualidade.

[...] os modelos masculino e feminino são mais históricos e sociais do que biológicos. Eles vão sendo construídos gradativamente na família ou na escola, através de jogos, de brinquedos, da televisão e de “outros mecanismos transmissores da educação informal, vão sendo incutidas diferenças de temperamento entre os sexos que passam a ser consideradas diferenças ‘naturais’, próprias à biologia do homem e da mulher [...]”. A cultura é, então, transmitida por ensinamento a cada nova geração, tendo como modelo o comportamento dos adultos. É assim que se formam estruturas de personalidade básica das crianças, persistindo no decorrer da vida do indivíduo (Bruschini, 1981 apud BRABO, 2005, p. 95)

O artigo detalha como a construção de gênero começa antes mesmo do nascimento, com a escolha de cores e brinquedos associados ao sexo do bebê. Esse processo continua na infância, através da educação familiar e escolar, que reforça normas de gênero ao direcionar meninas e meninos para atividades e brinquedos estereotipados. Meninos são incentivados a ser agressivos e autônomos, enquanto meninas são orientadas para o cuidado e a domesticidade.

[...] coube ao homem o controle das instituições econômicas, legais e políticas e, à mulher, o cuidado da casa e dos filhos e a satisfação da sexualidade do marido, [dotando] o homem com um poder estrutural que lhe concedeu a primazia de grupo dominante e fez com que a família se constituiu se em locus privilegiado de reprodução dos valores patriarcais referentes à superioridade masculina e à inferioridade feminina (Ferreira, 2004, p. 120)

Além disso, a pesquisa aponta que crianças que não se conformam com essas expectativas enfrentam discriminação e marginalização. Através do estudo de casos e observações, o artigo mostra como as escolas e as famílias perpetuam a heteronormatividade e como isso afeta negativamente a expressão da identidade de gênero das crianças.

A teoria queer é mencionada como uma alternativa que desafia o binarismo de gênero, propondo uma visão mais fluida e diversificada das identidades de gênero. A conclusão do artigo ressalta a necessidade de uma abordagem educacional que respeite e valorize a diversidade de gênero, promovendo um ambiente onde todas as identidades possam ser expressas e respeitadas, independentemente das normas tradicionais.

### **5.5 MENINAS E MENINOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA QUESTÃO DE GÊNERO E PODER**

O artigo de Cláudia Vianna e Daniela Finco explora as diferenças entre meninos e meninas na educação infantil, abordando como tais diferenças são frequentemente justificadas por disposições biológicas e características cerebrais. É exposto que Anne Fausto-Sterling e outros pesquisadores desafiam essa visão, argumentando que as habilidades e comportamentos atribuídos a cada sexo são mais um produto de construção social e cultural do que de fatores biológicos inatos.

Criticando a ideia de que as diferenças cognitivas entre os sexos são naturais, observando que a ciência muitas vezes reforça estereótipos de gênero em vez de questioná-los. Em vez de aceitar essas diferenças como naturais, ela propõe que se deve considerar como a socialização e a cultura moldam essas diferenças desde a infância.

As autoras relatam que na educação infantil, as crianças são socializadas conforme expectativas de gênero que são frequentemente reforçadas por adultos e instituições. Práticas cotidianas, como a escolha de brinquedos e a maneira como os professores interagem com meninos e meninas, estabelecem e mantêm normas de gênero. Por exemplo, meninos são incentivados a brincar com carros e meninas com bonecas, refletindo expectativas sobre comportamento e habilidades associadas a cada gênero.

Além disso, o texto ressalta que a educação infantil pode reforçar essas normas de gênero ou proporcionar oportunidades para desafiar e transcender expectativas tradicionais. Estudos de caso, como o menino que gosta de se vestir de noiva e a menina que usa tênis com estampas de dinossauro, mostram como as crianças podem transgredir normas de gênero e como essas transgressões são tratadas pelas instituições educacionais.

A análise crítica sugere que as diferenças percebidas entre meninos e meninas são em grande parte construídas socialmente e que a educação infantil deve levar essas construções em conta para adotar uma abordagem mais equitativa e inclusiva.

## **5.6 RELAÇÕES DE GÊNERO NAS BRINCADEIRAS DE MENINOS E MENINAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Esse artigo foi escrito por Daniela Finco, ele analisa as relações de gênero nas instituições de educação infantil revela que as diferenças entre meninos e meninas são culturalmente construídas e mantidas ao longo do tempo, conforme discutido em vários estudos. O conceito de gênero deve ser entendido como a organização social das diferenças sexuais, e a observação das práticas educativas nas escolas mostra como essas diferenças são reproduzidas ou desafiadas pelas crianças.

Finco traz o trabalho de Scott (1995) que sugere que gênero é uma categoria fundamental para entender as relações sociais e a forma como as crianças interagem e brincam. Estudos acadêmicos recentes destacam o crescimento da pesquisa sobre gênero, com várias publicações e eventos que legitimam o campo e promovem o diálogo interdisciplinar.

Através da análise de brincadeiras em instituições de educação infantil, observou-se que as crianças muitas vezes transgridem as normas de gênero estabelecidas, brincando com brinquedos e adotando papéis que tradicionalmente não lhes são atribuídos. Por exemplo, tanto meninos quanto meninas brincam com brinquedos considerados de outro gênero sem se conformar rigidamente às expectativas sociais.

Para as meninas existe uma vastíssima gama de objetos miniaturizados que imitam utensílios caseiros, como serviços de cozinha e toilette, bolsas de enfermeira com termômetro, faixas, esparadrapo e seringas, dependências com banheiros, cozinhas completas com eletrodomésticos, salas, quartos, quartinhos para bebês, jogos para coser e bordar, ferros de passar, serviços de chá, eletrodomésticos, carrinhos, banheirinhas e uma série infinita de bonecas com respectivo enxoval. Para os garotinhos em geral os brinquedos divergem completamente: meios de transporte terrestre, navais e aéreos de todas as dimensões e de todos os tipos: navios de guerra, porta-aviões, mísseis nucleares, naves espaciais, arma de todo o tipo, desde a pistola de Cow-boy perfeitamente imitada até alguns sinistros fuzis-metralhadoras que diferem dos verdadeiros apenas pela menor perigosidade, espadas, cimitarras, arcos e flechas, canhões: um verdadeiro arsenal militar (Bellotti, 1975, p. 75-76).

Mostrando que, a literatura, incluindo o trabalho de Bellotti (1975) e Louro (1997), revela que a categorização de brinquedos e comportamentos como masculinos ou femininos é

uma construção cultural, e não uma realidade inerente. Essa construção é perpetuada pelos adultos, que, muitas vezes, têm dificuldade em lidar com comportamentos que não se encaixam nos padrões tradicionais de gênero.

A pesquisa indica que as instituições educativas têm o potencial de ser espaços não-sexistas, desde que os profissionais da educação estejam cientes e questionem suas práticas. A observação das brincadeiras e das interações entre crianças mostra que elas frequentemente ultrapassam as fronteiras de gênero estabelecidas pelos adultos, evidenciando uma tendência a construir relações mais igualitárias entre os sexos.

Portanto, ao finalizar o artigo relata que refletir sobre a educação infantil é crucial, e considerar como as práticas e as atitudes dos adultos influenciam a construção e a perpetuação das diferenças de gênero. A desconstrução das dicotomias de gênero e a promoção de um ambiente mais inclusivo e equitativo são essenciais para permitir que as crianças explorem e desenvolvam suas identidades sem restrições rígidas de gênero.

## **6. RESULTADOS**

Das seis produções selecionadas para uma análise mais aprofundada, é possível perceber a disseminação da temática de gênero, especialmente nos contextos educacionais abordados. Embora haja um aspecto comum nas obras analisadas, cada pesquisa traz considerações distintas que enriquecem o entendimento sobre o tema. Em termos de procedimentos metodológicos, observa-se que a maioria dos pesquisadores recorreu a pesquisas bibliográficas, o que evidencia um compromisso com a fundamentação teórica.

Um ponto relevante é a utilização da tecnologia nas produções, já que muitos pesquisadores buscaram conteúdos disponíveis na internet, ampliando o acesso a informações e referências. Essa vinculação com pesquisas e projetos mais abrangentes indica a importância de levantar dados sobre os papéis sociais e a diferenciação de gênero na educação infantil, permitindo uma análise crítica das relações de poder em ambientes educacionais.

As pesquisas que se propuseram a realizar uma análise bibliográfica sobre o tema revelam uma convergência significativa nos conceitos e fundamentos abordados. Todas têm o objetivo de evidenciar a desigualdade de gênero presente na educação infantil, manifestada através das brincadeiras que moldam as crianças para a sociedade. A escola, entendida como

uma extensão do contexto social, reflete valores culturais e preconceitos, contribuindo para a reprodução de estereótipos de gênero.

Os textos analisados oferecem uma visão crítica sobre como brinquedos e práticas educativas influenciam a construção de identidades de gênero, ressaltando a necessidade de uma abordagem inclusiva e reflexiva. Além disso, destacam que, apesar das pressões sociais para se conformar a papéis tradicionais, as crianças podem resistir e negociar suas identidades de gênero. Observações de crianças interagindo com brinquedos não convencionais sugerem uma tendência a desafiar as expectativas estabelecidas, evidenciando a possibilidade de resistência e mudança dentro das instituições educacionais.

Outra crítica importante apresentada nos textos é em relação à visão biológica das diferenças de gênero. Os autores argumentam que as variações cognitivas e comportamentais entre meninos e meninas são, em grande parte, produtos da socialização e não de fatores inatos. A conclusão da maioria das análises é que a educação infantil tem o potencial de se tornar um espaço não-sexista, desde que os profissionais da educação estejam conscientes de suas práticas e das influências culturais que permeiam o ambiente escolar.

Assim, promover um espaço educativo inclusivo e equitativo é fundamental para que as crianças possam explorar e desenvolver suas identidades sem as limitações impostas por normas rígidas de gênero. Esse processo não só favorece a individualidade de cada criança, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal investigar a influência dos jogos de papéis na formação da identidade de gênero das crianças na educação infantil, por meio de análise bibliográfica. Esses jogos, que permitem às crianças simular atividades adultas e assumir diferentes papéis sociais, são muito mais do que simples brincadeiras; são instrumentos fundamentais na construção do entendimento das crianças sobre si mesmas e o mundo ao seu redor. Desde cedo, as crianças são expostas a normas e expectativas de gênero que moldam suas escolhas e interações durante os jogos, perpetuando frequentemente estereótipos de gênero tradicionais.

A partir da Teoria Histórico-Cultural de Vigotski, este estudo analisa como os jogos de papéis não apenas refletem, mas também reforçam ou desafiam as expectativas sociais relacionadas aos gêneros masculino e feminino. Ao explorar como atividades lúdicas, como brincar de casinha ou de médico, estão imersas em contextos de gênero específicos, a pesquisa busca oferecer insights sobre como essas práticas contribuem para a construção e consolidação das identidades de gênero das crianças.

É evidente que, apesar dos avanços em questões de igualdade de gênero, estereótipos persistem e influenciam a forma como crianças interpretam e vivenciam seus papéis sociais. Compreender essas dinâmicas é crucial para o desenvolvimento de práticas educativas que não apenas reconheçam, mas também questionem e expandam as normas de gênero tradicionais. A pesquisa destaca a importância de práticas pedagógicas que promovam maior equidade e entendimento entre gêneros desde a primeira infância, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Os capítulos deste trabalho foram estruturados para fornecer uma visão abrangente do contexto histórico e teórico da educação infantil, do desenvolvimento infantil e da influência dos jogos de papéis na diferenciação de gênero. O estudo revela como as práticas lúdicas na educação infantil são fundamentais para moldar as percepções de gênero e propõe caminhos para a promoção de uma educação mais igualitária. Ao iluminar essas dinâmicas, este trabalho visa oferecer contribuições valiosas para educadores, pais e formuladores de políticas, incentivando a adoção de abordagens que desafiam estereótipos de gênero e promovam uma maior equidade desde os primeiros anos de desenvolvimento

A obra de Lev Vigotski e outros teóricos, como Leontiev e Elkonin, proporciona uma compreensão profunda do desenvolvimento infantil, evidenciando que a criança participa ativamente de seu próprio processo de aprendizagem. A perspectiva vigotskiana destaca que o desenvolvimento não é linear, mas sim caracterizado por períodos de estabilidade e crises, mediado por instrumentos culturais e sociais. A importância da linguagem, dos signos e do jogo simbólico são fundamentais para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e para a formação da identidade da criança.

Particularmente, o jogo de papéis, destacado por Vigotski e explorado por Elkonin, revela-se crucial na fase pré-escolar. Este tipo de jogo permite que as crianças experimentem e compreendam as relações sociais, as normas culturais e os papéis que desempenham na sociedade. No entanto, é essencial reconhecer que os jogos de papéis não são neutros; eles podem refletir e reproduzir as relações de poder e os preconceitos presentes na sociedade. A forma como os jogos de papéis são organizados e orientados pode influenciar a construção de relações sociais respeitadas ou preconceituosas entre as crianças.

A análise dos papéis de gênero e da influência dos brinquedos na educação infantil revela como essas construções sociais e culturais moldam e frequentemente restringem as identidades das crianças desde uma idade precoce. A educação infantil é um espaço crucial onde se inicia a formação das percepções de gênero, e os brinquedos desempenham um papel significativo nesse processo. Os brinquedos, longe de serem neutros, carregam significados culturais e sociais que reforçam estereótipos de gênero. Meninos e meninas são incentivados a se envolver em atividades alinhadas com expectativas tradicionais: meninos com brinquedos relacionados à força e aventura, e meninas com brinquedos que reforçam o cuidado e a domesticidade. Essa categorização não apenas perpetua normas de gênero, mas também limita a diversidade de experiências e a liberdade de expressão das crianças.

A pesquisa indica que a educação infantil pode tanto reforçar quanto desafiar essas normas de gênero. Embora muitas vezes as instituições educativas e a cultura popular perpetuem estereótipos através da socialização, também existem oportunidades para promover uma abordagem mais inclusiva e flexível. O reconhecimento de que as diferenças de gênero são em grande parte construídas socialmente, e não biologicamente determinadas, permite uma reflexão crítica sobre como as práticas educativas podem ser ajustadas para apoiar uma maior equidade.

Além disso, a perspectiva pós-estruturalista destaca a importância de questionar e desconstruir as normas estabelecidas, reconhecendo o poder das práticas discursivas e culturais na formação das identidades de gênero. A educação infantil tem o potencial de ser um espaço de subversão das normas tradicionais, promovendo um ambiente onde as crianças possam explorar e afirmar suas identidades sem as restrições rígidas impostas pelos estereótipos de gênero.

Portanto, é essencial que educadores, pais e responsáveis estejam atentos às formas como os brinquedos e as práticas educativas influenciam as percepções de gênero das crianças. A mediação pedagógica, ao promover diálogos e reflexões críticas, pode facilitar a desconstrução de preconceitos e a promoção de uma educação mais inclusiva. Ao adotar uma abordagem crítica e inclusiva, é possível fomentar um desenvolvimento mais equitativo e permitir que todas as crianças, independentemente de seu gênero, tenham a liberdade de explorar e expressar suas identidades de maneira plena e autêntica.

## 8. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcos T. **Gênero e educação: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora XYZ, 2019.

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AQUINO, de Leão M. Ligia. **Contribuições da teoria histórico-cultural para uma educação infantil como lugar das crianças e infâncias**. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 27, n. 1, p. 39-43, jan.-abr. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1353>.

ARCE, Alessandra. **As pesquisas na área da educação infantil e a história da educação: construindo a história do atendimento às crianças pequenas no Brasil**. *Revista História da Educação*, v. 11, n. 21, jan.-abr. 2007, p. 107-131. Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32162712500>>. Acesso em: 22 set. 2024.

BRABO, T. S. A. M.; SILVA, M. E. F. da. **A introdução dos papéis de gênero na infância: brinquedo de menina e/ou de menino?** *Revista Trama Interdisciplinar*, [S. l.], v. 7, n. 3, 2017. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/9856>>. Acesso em: 4 ago. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category\\_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192)>.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l13005.htm)>. Acesso em: 22 set. 2024.

BUTLER, Judith. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1990.

CAUVILLA, Waldir. **Sobre um momento da constituição da ideia de infância: ponto de vista de um historiador**. Estilos clínicos, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 72-79, jul. 1999. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-71281999000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71281999000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 4 ago. 2024.

CAMPOS, P. L.; SILVA, E. P. Q. **Modos de ensinar e aprender a ser menino e a ser menina**. Revista de Educação, Campinas, v. 19, n. 3, p. 215-225, set./dez. 2014. Disponível em:

<<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/revedu2016cacao/article/view/2855>>.

CARVALHO, Rúbia C. **Educação infantil e gênero: uma abordagem necessária**. Rio de Janeiro: Editora ABC, 2018.

FINCO, Daniela. **Faca sem ponta, galinha sem pé, homem com homem, mulher com mulher: relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na pré-escola**. 2004. 171 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12733/1597686>>. Acesso em: 4 ago. 2024.

FINCO, Daniela F. **Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil**. Pro-Posições, Campinas, SP, v. 14, n. 3, p. 89–101, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643863>>. Acesso em: 23 set. 2024.

FREITAS, Letícia. **Formação de professores e a questão de gênero**. Brasília: Editora DEF, 2020.

KUHLMANN, Moysés Jr. **Histórias da educação infantil brasileira**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo. Revista Brasileira de Educação, mai/jun/jul/ago 2000, n. 14. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CNXbjFdfdk9DNwWT5JCHVsJ/?format=pdf&lang=pt>>.

NONO, Maévi Anabel. **Breve história da educação infantil no Brasil**. Unesp - Departamento de Educação – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2009. Resolução N° 5, de 17 de dezembro de 2009. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/227/1/01d12t01.pdf>>.

PASQUALINI, J. C. **O papel do professor e do ensino da educação infantil: a perspectiva de Vigotski, Leontiev e Elkonin**. Editora Unesp. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/ysnm8/pdf/martins-9788579831034-10.pdf>>.

PASQUALINI, J. C. **Objetivos do ensino na educação infantil à luz da perspectiva histórico-crítica e histórico-cultural**. *Geminal: Marxismo e educação em debate*, v. 7, n. 1, p. 200–209, 2015. DOI: 10.9771/gmed.v7i1.12776.

PINHEIRO, M. do C. M. **A constituição do conceito de infância e algumas questões relativas ao corpo: da Idade Média à Modernidade**. *Poesis Pedagógica, Catalão*, v. 1, n. 1, p. 48–62, 2010. DOI: 10.5216/rpp.v1i1.10508. Disponível em: <<https://periodicos.ufcat.edu.br/poesis/article/view/10508>>. Acesso em: 5 ago. 2024.

RODRIGUES, Clara M. **Diversidade e inclusão na educação: caminhos possíveis**. Porto Alegre: Editora GHI, 2022.

SANTOS, Maria Walburga dos; LOMBARDI, Lucia Maria Salgado dos Santos. **Políticas públicas e educação infantil**. *Laplage em Revista*, v. 3, n. 1, 2017. Universidade Federal de São Carlos, Brasil. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552756521002>>.

SILVA, Ana Maria R. **Brincadeiras e desenvolvimento infantil: o papel do gênero**. Belo Horizonte: Editora JKL, 2021.

SILVA, Mariana Cristina da; PASQUALINI, Juliana Campregher. **A brincadeira de papéis sociais o desenvolvimento da imaginação: a brincadeira é livre?** *Anais do I Seminário de Pesquisa em Educação do IESA*, n. 1, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.institutoiesa.com/index.php/anais-sipe/article/view/23>>.

VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela. **Meninas e meninos na educação infantil: uma questão de gênero e poder**. *Cadernos Pagu, Campinas, SP*, n. 33, p. 265–283, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644928>>. Acesso em: 23 set. 2024.

